

PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 09/2021
Edital nº 13/2021 Proc. nº 14/2021

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA

PREÂMBULO

A Gestora Executiva do Serviço Autônomo Municipal de Saúde - SAMS de Ibitinga, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber aos interessados que se acha aberta a Licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico/SRP n. 09/2021**, processo n. 14/2021, do tipo **menor preço por item, para registro de preços**.

A presente licitação subordina-se, em tudo o que lhe for aplicável, à Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2.002 e aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei Federal n 8.666, 21 de junho de 1.993, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, suas modificações posteriores e às disposições do presente Edital.

As propostas de preços deverão obedecer às especificações deste edital.

O **PREGÃO** será conduzido pelo **PREGOEIRO**, auxiliado pela **EQUIPE DE APOIO**, conforme designação contida nos autos do processo.

DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE APOIO: Portaria nº 817, de 05 de janeiro de 2021.

DATA SESSÃO PÚBLICA: 31/08/2021

HORÁRIO SESSÃO PÚBLICA: **08h00m (Horário de Brasília)**

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br

UASG: **927856**

I – OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para aquisição futura e parcelada de medicamentos para manutenção das unidades de saúde do município, de acordo com as especificações e quantidades constantes do ANEXO I – Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Materiais – CATMAT do Compras Governamentais e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

1.2 O valor estimado para a aquisição do objeto deste edital é sigiloso, conforme art. 15 do Decreto Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

1.3 Faz parte da **OBRIGATORIEDADE**, no momento da inclusão da proposta no sistema, a **INCLUSÃO** dos itens abaixo descritos:

1.3.1 Marca;

1.3.2 Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

1.3.3 Catálogo, quando couber;

1.3.3.1 Cumpre informar que o cadastro efetivado no sistema, mencionado nos subitens **1.3.1 a 1.3.3**, **DEVE ESTAR TOTALMENTE DE ACORDO** com as informações da proposta formulada, conforme modelo que deve ser anexada junto aos documentos relacionados na seção de HABILITAÇÃO deste Edital.

1.3.3.2 Cumpre informar ainda, que o **NÃO ATENDIMENTO** ao disposto no subitem anterior, poderá implicar em **DECLASSIFICAÇÃO**.

1.4 A Administração não estará obrigada a adquirir o produto objeto deste Pregão da detentora do Registro de Preços, uma vez que o mesmo não caracteriza compromisso de aquisição, podendo cancelá-lo ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso ou qualquer pedido de indenização por parte da detentora.

II - DA DESPESA

2.1 Os recursos orçamentários necessários ao custeio das despesas relacionadas à contratação proposta constam da dotação orçamentária destinada ao Serviço Autônomo Municipal de Saúde - SAMS para o exercício de 2021, como material de consumo 3.3.90.30.00 e material, bem ou serviço de distribuição gratuita 3.3.90.32.00, devendo ser indicada a respectiva ficha no momento da formalização do pedido.

III – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão **participar** deste Pregão Eletrônico os interessados:

- a) cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;
- b) que estiverem previamente **credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, bem como perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SGE)**, por meio do sítio www.gov.br/compras/pt-br;

3.1.1 O **Credenciamento** é o nível básico do registro cadastral no **SICAF**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.1.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.1.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

3.1.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do SAMS por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.2 Além do credenciamento mencionado, para se ter acesso ao sistema eletrônico, **os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SGE**, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.3 Como **condição para participação no Pregão Eletrônico**, a licitante credenciada assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em

seus arts. 42 a 49, no caso Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte ou Cooperativas (art. 6.º do Decreto n.º 8.538/2015) ou para o microempreendedor individual – MEI.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

c) que a proposta apresentada está em conformidade com a as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente;

g) que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;

h) que está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

3.4 Não poderão participar deste Pregão Eletrônico:

a) declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

b) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

c) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

d) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

e) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

f) que tiver nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma empresa, de empresa declarada inidônea;

g) os interessados proibidos de participar de licitações e celebrar Contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

h) a sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País, bem como os estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

i) a empresa que se encontre em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, fusão, cisão, ou incorporação;

j) as entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

k) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade da Administração Pública Municipal, direta e indireta ou servidor público municipal cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela contratação;

IV - DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no título XI deste edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.1.1 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.1.2 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.1.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.1.4 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

4.2 O licitante deverá informar em sua **proposta de preços eletrônica**, mediante o preenchimento no sistema eletrônico do **valor total**, bem como a especificação clara e completa do objeto, em conformidade com o Termo de Referência.

4.2.1 O licitante deverá cotar o preço do objeto licitatório em moeda nacional.

4.2.2 O licitante deverá consignar o valor da proposta já considerados inclusos os custos operacionais, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta licitação e que influenciem na formação do preço da proposta.

4.2.3 Para fins de custos operacionais e despesas para execução dos serviços especificados neste Edital, compreende-se, além do disposto no subitem anterior: administração, mão de obra, apoio administrativo, materiais, transporte de pessoal e de materiais, seguros, taxas e tributos de quaisquer naturezas que incidam sobre o Contrato e contribuições, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e quaisquer custos diretos ou indiretos necessários à completa execução dos serviços objeto da licitação.

4.2.4 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.2.5 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.2.6 Por ocasião do registro de sua proposta de preços no site Compras Governamentais, o licitante deverá realizar as declarações previstas no item 3.3 deste Edital, assinalando, para tanto, os campos específicos do sistema eletrônico em apreço.

4.2.7 Quando couber, o licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema, se o serviço ofertado se enquadra em algum critério de margem de preferência, caso haja indicação, neste aspecto, no Termo de Referência.

4.2.8 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto 10.024/2019 e neste Edital.

4.3 As **propostas eletrônicas** ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

4.3.1 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.3.2 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.3.3 As propostas terão validade de, no mínimo, **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.4 A proposta elaborada em desacordo com este Edital e Anexos poderá ser desclassificada, após observado o disposto no subitem 20.4 deste Edital.

4.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.6 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.7 O encaminhamento eletrônico da **versão escrita da Proposta de Preços** do licitante vencedor, deverá conter, em especial, as seguintes informações:

a) as especificações detalhadas do objeto, conforme apresentado no Termo de Referência;

b) o valor unitário dos itens e valor total do lote, em algarismos e por extenso (havendo discordância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias);

c) o prazo de validade da proposta, de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias;

d) a declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídos todos os custos necessários à prestação dos serviços objeto deste pregão, inclusive, todos os impostos (IOF e outros), tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a sobre ele incidir, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

e) a declaração expressa de que se responsabiliza pela prestação dos serviços no prazo estabelecido no Termo de Referência;

f) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/Fax, número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta corrente, praça de pagamento e dados do responsável pela assinatura do eventual contrato/ata de registro de preços, **conforme modelo – Anexo XI do Edital**.

4.7.1 A proposta de preços descrita no subitem anterior deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, em papel timbrado da licitante, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que impeçam sua perfeita compreensão, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante.

4.8 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Contrato/ATA de Registro de Preços, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS

5.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicada no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

5.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3 O Pregoeiro, anteriormente ao início da fase de lances, verificará, previamente, as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações técnicas principais, exigidas no Termo de Referência.

5.3.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.2 A não desclassificação preliminar da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4 Somente os licitantes com propostas preliminarmente classificadas participarão da fase de lances.

5.5 Quando do registro das propostas no Sistema Eletrônico, os licitantes deverão observar a orientação estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de incluir o detalhamento do objeto ofertado no campo "Descrição Detalhada do Objeto".

5.5.1 A ausência do detalhamento do objeto no citado campo não acarretará a desclassificação da proposta da licitante, podendo tal falha ser sanada mediante realização de diligência destinada a esclarecer ou complementar as informações.

VI - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1 Aberta à etapa competitiva, os licitantes poderão registrar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, contendo cada lance no máximo 04 (quatro) casas decimais, relativas à parte dos centavos.

6.3 Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.

6.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)**.

6.5 O intervalo entre lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.6 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.7 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação dos licitantes.

6.8 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10 A etapa de envio de lances na sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.10.2 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.11 Encerrada a fase competitiva sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

VII - DA NEGOCIAÇÃO

7.1 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá, via sistema, encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

VIII - DA DESCONEXÃO

8.1 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, **ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.**

8.2 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.3 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

IX – DO ENVIO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 01 (uma) hora, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados,

preferencialmente em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compras Governamentais.

9.2 Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 7 acima, o pregoeiro, **pelo critério de menor preço unitário**, examinará a proposta classificada em primeiro lugar, em conjunto com a área demandante, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço com o valor estimado, a sua exequibilidade e ao seu cumprimento às especificações técnicas do objeto, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do título 11 deste edital.

9.3 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 01 (uma) hora, sob pena de não aceitação da proposta.

9.3.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5 Em caso de aceitação da proposta e habilitação do fornecedor, os originais ou cópias autenticadas dos documentos remetidos por meio do sistema Compras Governamentais deverão ser encaminhados fisicamente ao SAMS, na forma estabelecida no item 11.1.1 deste Edital.

9.6 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.7 Com vistas à análise da proposta de preços e dos documentos habilitatórios referenciados no Título 11 deste Edital, o Pregoeiro poderá suspender a sessão do certame, que somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.8 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do SAMS ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar a sua decisão.

9.9 Será considerada aceita a proposta de preços do licitante que oferecer o menor preço, conforme disposto no caput do item 9.2 e que atender as exigências editalícias.

9.10 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.11 Não serão aceitas propostas com valores superiores ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

9.11.1 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

9.11.2 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do

próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.11.3 Para todos os efeitos legais e de direito, serão consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções às propostas de anexos ou dados não exigidos neste Edital, tais como: “condições gerais”, “cláusulas contratuais” etc.

9.12 Se o lance ou a proposta de menor valor não forem aceitos ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará o lance ou proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de um lance ou proposta que atenda ao Edital.

9.12.1 Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.13 No caso de haver empate entre propostas comerciais que atendam integralmente as condições/exigências editalícias será procedido sorteio, observado o disposto no art. 45, § 2.º, da Lei n.º 8.666/93.

X – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

10.1 O SAMS poderá realizar diligências junto à licitante vencedora, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais informados na proposta de preços, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) poderá acarretar a desclassificação da proposta.

10.1.1 A inobservância do prazo fixado pelo SAMS para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes/incompletos poderá ocasionar a desclassificação da proposta.

10.1.2 Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências, durante a análise da aceitação da proposta, o SAMS poderá determinar à licitante vencedora, mediante diligência, a promoção de ajustes, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.

10.2 No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição.

10.2.1 A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta.

10.2.2 O disposto acima se aplica, inclusive, nos casos de equívoco afeto à fixação dos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

10.2.3 Na formulação de sua proposta, a empresa deverá observar ainda o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante, quando for o caso, à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme as Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU-Plenário n.º 2.647/2009).

XI – DA HABILITAÇÃO

11.1 Encerrada a etapa de lances da sessão pública e a negociação, o licitante detentor da melhor proposta ou lance, na forma do item 9.1, encaminhará, via sistema, **sua Proposta de Preços.**

11.1.1 Em caso de aceitação da proposta e habilitação do fornecedor, os documentos originais ou cópias autenticadas referentes à habilitação enviada via sistema Compras Governamentais, juntamente a Proposta de Preços atualizada, deverão ser encaminhados no **prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro do SAMS**, em envelope fechado, à Av. Dom Pedro II, 599 - Centro, CEP 14940-124, Ibitinga-SP, com, no mínimo, os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SAÚDE - SAMS
A/C PREGOEIRO – SETOR DE LICITAÇÕES PREGÃO ELETRÔNICO N. 09/2021
ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA
COMERCIAL
RAZÃO SOCIAL E CNPJ**

11.2 A habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF e dos documentos complementares elencados no item 11.4 deste Edital e item 3 do Termo de Referência.

11.3 A licitante já regularmente cadastrada e habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, ficará dispensada de apresentar os documentos relacionados nos subitens 11.4.1 e 11.4.2, quando os registros no SICAF correlatos a estes documentos estiverem válidos, completos e regulares.

11.4 Para a habilitação, a licitante detentora da melhor oferta, deverá apresentar os seguintes **documentos complementares, observando-se, para tanto, a exceção prevista no item anterior:**

11.4.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

a) no caso de:

a.1) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

a.2) microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

a.3) sociedade empresária/comercial ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

a.4) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

a.5) microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

a.6) cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito

no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

a.7) empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

a.8) participante sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

b) os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.4.2 Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;

e) prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. (Lei 12.440, de 8/7/2011).

11.4.2.1 As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.4.2.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da sua regularidade fiscal, será assegurado à licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis – cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação – prorrogáveis por igual período, a critério do SAMS e a pedido justificado da licitante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

11.4.2.1.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação e acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao SAMS convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação de cada item ou grupo ou revogar a licitação.

11.4.3 Relativos à Qualificação Econômico – Financeira:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) No caso de certidão positiva de recuperação judicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

c) No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

d) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

e) Ficará a critério do Serviço Autônomo Municipal de Saúde - SAMS solicitar os documentos exigidos no tópico 11.3 das empresas cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF que estejam com o cadastro dentro do prazo de validade, devidamente preenchido.

11.4.4 Relativo à Qualificação Técnica:

11.4.4.1 Para todos os itens do Termo de Referência, mediante a apresentação dos documentos elencados no item 10 do Anexo I. Nos termos do Decreto 10.024/2019, os documentos de habilitação deverão ser anexados ao sistema concomitantemente com a proposta.

11.4.5 Declarações a serem enviadas via sistema Compras Governamentais:

a) declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame (Anexo VI);

b) declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o inciso VI do art. 14 do Decreto nº 5.450/2005, ou seja, que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores (Anexo VIII);

c) declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar 123, de 2006, se for o caso (Anexo V);

d) declaração de elaboração independente de proposta (Anexo VIII);

e) declaração de que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado (Anexo IX);

f) declaração de que está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação (Anexo X);

g) Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação (Anexo III);

h) Declaração de Regularidade Perante o Ministério do Trabalho (Anexo VII).

11.4.6 Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.793/2011 do Plenário), o **Pregoeiro, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, verificará** o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, **mediante a consulta de regularidade do fornecedor nos seguintes cadastros:**

a) **SICAF**, verificando, ainda, a composição societária das empresas neste

sistema, a fim de se certificar se entre os sócios há servidores públicos municipais;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

11.4.7 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4.8 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.4.8.1 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

11.4.9 Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou autenticação digital.

11.4.10 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, considerando-se, para tanto, o disposto nos itens editalícios 20.3 e 20.4.

11.4.11 Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

11.4.12 Será considerado vencedor deste pregão o licitante que oferecer o menor preço unitário e que atender as exigências editalícias, referentes à proposta de preços e à habilitação.

XII – DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 Declarado o vencedor, o **Pregoeiro** abrirá o prazo mínimo de 20 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.1.1 Intenção motivada de recorrer é aquela que indica, **objetivamente**, contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, delineando o fato e o direito que a licitante deseja ver revisto pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

12.1.2 O Pregoeiro examinará, em juízo de admissibilidade, a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

12.1.3 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.1.4 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.1.5 A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer no prazo estabelecido importará a decadência desse direito e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

12.1.6 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema e em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.1.7 Qualquer recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.1.8 Para efeito do disposto no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 9784/1999, fica franqueada aos interessados a vista dos autos do Processo que cuida desta licitação.

12.1.9 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, a sessão pública poderá ser reaberta, ocasião em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.2 Os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

12.3 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

12.5 O objeto deste Pregão será **adjudicado** pelo Pregoeiro ao licitante declarado vencedor, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

12.6 A **homologação** deste Pregão compete ao Gestor Executivo do SAMS.

12.7 O objeto deste Pregão será adjudicado integralmente ao licitante vencedor.

XIII - DA CONTRATAÇÃO E REAJUSTE

13.1 O objeto do presente certame será registrado em ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e contratado consoante às regras próprias do Sistema.

13.2 A proponente adjudicatária deverá providenciar a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de convocação expedida pela Autarquia.

13.3 A convocação referida pode ser formalizada por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento, ou ainda, não sendo possível a comprovação da data do recebimento, a comunicação se dará por meio de Publicação no Diário Oficial do Estado.

13.3.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Autarquia poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado via certificação digital ICP-Brasil ou aceite no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.4 O Prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração da Autarquia. Não havendo decisão, a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá ser formalizada até o 5º (quinto) dia útil, contado da data da convocação.

13.5 Fica ainda estabelecido que para a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a(s) empresa(s) adjudicatária(s) deverá (ao), caso as certidões apresentadas em sessão estejam vencidas, apresentar comprovantes de regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador. É facultado à Administração da Autarquia, por meio da Internet, realizar a verificação das certidões supracitadas.

13.6 Também para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e para o(s) contrato(s) dela decorrente(s), a proponente adjudicatária deverá indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.

13.7 A recusa injustificada de assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou os contratos ou aceitar/retirar os instrumentos equivalentes dela decorrentes, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte do proponente adjudicatário, sujeitando-se as sanções previstas no Anexo I – Termo de Referência, do presente edital.

13.8 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá vigência de 01 (um) ano a contar da sua assinatura.

13.9 Tratando-se de adjudicatário cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente ao recebimento do pedido, a regularidade fiscal, no prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério desta Autarquia, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

13.9.1 Não ocorrendo a regularização prevista no subitem anterior, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos a esta licitação.

13.10 Não serão admitidos reajuste do preço durante a vigência da ATA de Registro de Preços.

13.11 As especificações dos objetos deste certame, o prazo e o local de entrega encontram-se previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

XIV – DA FISCALIZAÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização das obrigações da contratante serão realizados na forma apresentada no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

XV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1 As obrigações da CONTRATANTE encontram-se previstas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato/ATA de Registro de Preços, Anexos I e II do Edital.

15.2 Compete ao licitante verificar as Obrigações da Contratante nos anexos mencionados, uma vez que fazem parte do detalhamento do objeto licitatório e, portanto, poderão influenciar na formação de sua Proposta de Preços.

XVI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 As obrigações da CONTRATADA encontram-se previstas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato/ATA de Registro de Preços, Anexos I e II do Edital.

16.2 Compete ao licitante verificar as Obrigações da Contratada nos anexos mencionados, uma vez que fazem parte do detalhamento do objeto licitatório e, portanto, poderão influenciar na formação de sua Proposta de Preços.

XVII – DO PAGAMENTO

17.1 O pagamento pelos serviços descritos neste Edital e seus anexos será processado na forma estabelecida no Termo de Referência, disposto no Anexo I deste Edital.

XVIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 As sanções administrativas referentes à execução contratual são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

18.2 Compete ao licitante também verificar, no anexo mencionado, quais são as sanções administrativas cabíveis no caso de irregularidades na fase licitatória, perpetradas pelos seus participantes.

XIX - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o Edital deste Pregão mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico compras@samsibitinga.sp.gov.br, até as 16 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

19.1.1 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

19.2 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.3 Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do endereço eletrônico compras@samsibitinga.sp.gov.br.

19.3.1 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

19.4 As respostas prestadas pelo Pregoeiro às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão entranhadas nos autos do processo licitatório, enviadas por e-mail aos solicitantes e disponibilizadas no sistema eletrônico para consulta dos interessados e vincularão os participantes e a Administração.

19.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

XX - DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por considerá-lo inoportuno ou inconveniente e por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

20.1.1 A anulação do procedimento licitatório induz à(o) da ATA de Registro de Preços/Contrato.

20.1.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

20.1.3 É facultado ao SAMS, revogar o presente certame a qualquer tempo, desde que antes da adjudicação, por conveniência administrativa, quando da contratação do objeto licitado, não haja disponibilidade orçamentária ou limite de movimentação e empenho requerido.

20.2 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.3 O julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.4 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste pregão eletrônico.

20.5 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de assinatura digital e certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Lei n. 14.063, de 23 de setembro de 2020, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

20.6 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

20.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no SAMS.

20.8 Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão aquelas.

20.9 As normas que disciplinam este pregão eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

20.10 Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

20.11 Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do SAMS, sendo previamente comunicado e publicado nos mesmos canais em que se deram a publicação de abertura.

20.12 O Edital e seus Anexos estarão disponibilizados, na íntegra, nos endereços: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.samsibitinga.sp.gov.br. O Edital, ainda, poderá ser fornecido pelo SAMS a qualquer interessado, por meio do Pregoeiro, através de solicitação enviada no e-mail compras@samsibitinga.sp.gov.br.

20.13 Integram este Edital os seguintes Anexos:

- a) **Anexo I** - Termo de Referência;
- b) **Anexo II** - Minuta da ATA de Registro de Preços/Contrato.
- c) **Anexo III** – Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;
- d) **Anexo IV** – Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- e) **Anexo V** – Declaração de inexistência de fatos impeditivos para licitar ou contratar;
- f) **Anexo VI** – Declaração de regularidade perante o Ministério do Trabalho;
- g) **Anexo VII** – Declaração de que não utilizada mão de obra direta ou indireta de menores;
- h) **Anexo VIII** – Declaração independente de proposta;
- i) **Anexo IX** – Declaração de *não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado*;
- j) **Anexo X** – Declaração de acessibilidade;
- k) **Anexo XI** – Proposta de preços.

XXI - DO FORO

21.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Ibitinga-SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Ibitinga, 16 de agosto de 2021.

Queila Teruel Pavani
Gestor Executivo do SAMS

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1 - OBJETO

1.1 A presente licitação destina-se ao registro de preços para aquisição futura e parcelada de medicamentos para manutenção das unidades de saúde do município, de acordo com as especificações e quantidades constantes do descritivo. Critério de julgamento: menor preço unitário.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE
1	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 10MG/ML 120ML	FR	15.000
2	ACEBROFILINA XAROPE INFANTIL 5MG/ML 120ML	FR	12.000
3	ACETATO DE DESMOPRESSINA 0,1MG	CPR	600
4	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150 MG/ML 1ML	AMP	1.000
5	ACETILCISTEINA 600 MG - ENVELOPE 5GR	EV	2.400
6	ACICLOVIR CREME 50 MG/GR 10 GR	TB	1.200
7	ÁCIDO ACETILSALICILICO 100MG CPR	CPR	600.000
8	ÁCIDO FÓLICO 5MG	CPR	150.000
9	ÁCIDO URSODESOXICOLICO 300MG	CPR	3.000
10	AGUA DESTILADA 10 ML	AMP	1.500
11	ALBENDAZOL 40MG/ML 10 ML	FR	6.000
12	ALLEGRA SUSPENSÃO 150 ML *	UN	60
13	ALOPURINOL 100MG	CPR	200.000
14	ALOPURINOL 300 MG	CPR	150.000
15	ALPRAZOLAM 0,5MG	CPR	600
16	AMINOFILINA 100 MG	CPR	120.000
17	AMIODARONA 200MG	CPR	240.000
18	ARIPIPRAZOL 10MG	CPR	1.200
19	ARIPIPRAZOL 15MG	CPR	1.200
20	ATENOLOL 50 MG	CPR	360.000
21	BACLOFENO 10MG	CPR	20.000
22	BENZOATO DE ALOGLIPTINA + CLORIDRATO DE PIOGLITAZONA 25MG / 30MG	CPR	720
23	BENZOATO DE ALOGLIPTINA 12,5MG + METFORMINA 1000MG	CPR	720
24	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG	CPR	200.000
25	BROMAZEPAM 6MG	CPR	3.000
26	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML 20 ML	FR	6.000
27	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML 20 ML	FR	6.000
28	BROMOPRIDA 4MG/ML 20ML GOTAS	FR	4.500
29	BROMOPRIDA 5MG/ ML AMPOLA 2ML	AMP	800
30	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4MG/500MG – EV – AMPOLA 5ML	AMP	600
31	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG + DIPIRONA SÓDICA 250MG	CPR	150.000
32	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML COM 1ML	AMP	300
33	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67MG/ML+ DIPIRONA SÓDICA 333,4 MG/ML 20 ML	FR	3.000
34	CARBAMAZEPINA SUSPENSÃO ORAL 20MG/ML 100 ML	FR	3.000
35	CARBIDOPA 25MG + LEVODOPA 250MG	CPR	9.000
36	CARVEDILOL 25 MG	CPR	180.000
37	CARVEDILOL 6,25 MG	CPR	180.000
38	CEFTRIAXONA 1G – PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 1M	FR	1.000
39	CETIRIZINA 10MG	CPR	720
40	CETOCONAZOL 200 MG	CPR	40.000

41	CETOCONAZOL 20MG/GR 30G	TB	3.000
42	CETOPROFENO 50 MG/ML AMPOLA 2ML	AMP	1.500
43	CILOSTAZOL 100MG	CPR	120.000
44	CIMETIDINA 150 MG/ML COM 2ML	AMP	600
45	CIMETIDINA 200MG	CPR	600.000
46	CINARIZINA 75 MG	CPR	180.000
47	CITALOPRAM 20MG	CPR	6.000
48	CLONAZEPAM 0,5MG	CPR	720
49	CLONIDINA 0,150MG	CPR	1.000
50	CLORIDRATO DE AMBROXOL 7,5MG/ML 50 ML GOTAS	FR	2.000
51	CLORIDRATO DE AMBROXOL ADULTO 6MG/ML 120ML	FR	8.000
52	CLORIDRATO DE AMBROXOL INFANTIL 3MG/ML 120 ML	FR	6.000
53	CLORIDRATO DE CICLOPENTOLATO 10MG/ML (1%)	FR	50
54	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG	CPR	180.000
55	CLORIDRATO DE DOXICICLINA 100 MG	CPR	8.000
56	CLORIDRATO DE FENILEFRINA 10% SOL. OFTÁLMICA - 5 ML	FR	80
57	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG	CPS	100.000
58	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 25 MG	CPR	3.000
59	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 50MG	CPR	3.000
60	CLORIDRATO DE IMPRAMINA 25 MG	CPR	50.000
61	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/G GELEIA 30 GR	TB	500
62	CLORIDRATO DE MEBEVERINA 200 MG	CPR	2.000
63	CLORIDRATO DE MECLIZINA 50MG	CPR	600
64	CLORIDRATO DE OXIBUTININA 5 MG	CPR	3.000
65	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG/ML 2ML	AMP	300
66	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG	CPR	300.000
67	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 100MG	CPR	15.000
68	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG/2ML 2 ML	AMP	2.000
69	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG	CPS	240.000
70	CLORPROMAZINA 40MG/ML 20 ML	FR	100
71	COLAGENASE 0,6 U/G 30G	TB	400
72	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 30 GR	TB	400
73	COLECALCIFEROL 50.000 UI	CP	120
74	DAPAGLIFLOZINA 10 MG	CPR	900
75	DAPAGLIFLOZINA 5MG + METFORMINA 1000MG	CPR	1.500
76	DEFLAZACORTE 30MG	CPR	600
77	DEXAMETASONA 4MG	CPR	50.000
78	DEXAMETASONA 4MG/ML 2,5ML	AMP	2.000
79	DIAZEPAM 10MG	CPR	240.000
80	DICLOFENACO DE POTASSIO 50 MG	CPR	240.000
81	DICLOFENACO DIETILAMONIO 11,6 MG/G 60G	TB	600
82	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 24 MG	CPR	1.200
83	DILTIAZEN 60 MG	CPR	200.000
84	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML 2ML	AMP	800
85	DIVALPROATO DE SODIO 500MG - ER	CPR	1.200
86	DOMPERIDONA 1MG/ML 100 ML	FR	200
87	EMPAGLIFLOZINA 25MG + LINAGLIPTINA 5MG	CPR	3.000
88	ENANTATO DE NORETISTERONA 50MG + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG/ML	AMP	1.000
89	ENOXAPARINA SODICA 40MG 0,4 ML	SE	2.000
90	ESPIRONOLACTONA 100MG	CPR	50.000
91	ESPIRONOLACTONA 25MG	CPR	90.000

92	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625MG	CPR	90.000
93	FENOBARBITAL 100MG	CPR	80.000
94	FENOBARBITAL 40MG/ML 20ML	FR	900
95	FINASTERIDA 5MG	CPR	15.000
96	FLUCONAZOL 150MG	CPR	6.000
97	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 50MG + METFORMINA 850MG	CPR	900
98	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO 160MG/ML + FOSFATO DE SODIO DIBASICO 60MG/ML	FR	400
99	FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA 3MG/ML 100 ML	FR	10.000
100	FUROATO DE FLUTICASONA 27,5MCG 9,1 ML	FR	48
101	FUROSEMIDA 10 MG/ML 2ML	AMP	300
102	FUROSEMIDA 40MG + CLORETO DE POTASSIO 100MG	CPR	720
103	GLICLAZIDA 30 MG	CPR	1.500
104	GLICLAZIDA 60 MG	CPR	2.000
105	GLIMEPIRIDA 4 MG	CPR	180.000
106	HALOPERIDOL 1 MG	CPR	18.000
107	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 5 MG	CPR	600
108	HIXIZINE SUSPENSÃO 120ML *	UN	60
109	IBUPROFENO 100MG/ML 20 ML GOTAS	FR	18.000
110	INSULINA GLARGINA 100U/ML 10 ML	FR	60
111	INSULINA GLARGINA 100U/ML REFIL 3ML	FR	150
112	INSULINA GLARGINA SOLOSTAR 3ML	CNT	60
113	INSULINA GLULISINA SOLOSTAR 3ML	CNT	60
114	INSULINA LISPRO 100 UI/ML 10 ML	FR	30
115	INSULINA LISPRO 100UI/ML REFIL 3ML	FR	30
116	IVERMECTINA 6 MG	CPR	3.000
117	LACTULOSE 667MG/ML 120 ML	FR	3.000
118	LANSOPRAZOL 30MG + CLARITROMICINA 500MG + AMOXICILINA TRI-HIDRATADA 500MG – 7 BLISTER	KIT	900
119	LEVODOPA 100MG+BENSERAZIDA 25MG HBS	CPS	30.000
120	LEVODOPA 200MG+BENSERAZIDA 50MG	CPR	120.000
121	LEVOFLOXACINO 500MG	CPR	70.000
122	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG	CPR	180.000
123	LEVOTIROXINA SODICA 25 MCG	CPR	180.000
124	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG	CPR	240.000
125	LINAGLIPTINA 5 MG	CPR	600
126	LOÇÃO OLEOSA A BASE DE A.G.E 200 ML	FR	1.000
127	LOSARTANA 50MG	CPR	480.000
128	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG	CPR	30.000
129	MALEATO DE ENALAPRIL 20MG	CPR	150.000
130	MALEATO DE ENALAPRIL 5MG	CPR	50.000
131	MALEATO DE FLUVOXAMINA 100MG	CPR	1.800
132	MALEATO DE LEVOMEPRMAZINA 100MG	CPR	50.000
133	MALEATO DE LEVOMEPRMAZINA 25 MG	CPR	50.000
134	MALEATO DE LEVOMEPRMAZINA 40MG/ML 20 ML	FR	400
135	MALEATO TIMOLOL 0,5% 5ML	FR	1.000
136	MESILATO DE DOXAZOSINA 2MG	CPR	15.000
137	METILDOPA 250MG	CPR	240.000
138	MIDAZOLAM 5MG/ML AMPOLA 3ML	AMP	800
139	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 40MG	CPR	36.000
140	NEBIVOLOL 5MG	CPR	600
141	NIFEDIPINO 20MG	CPR	300.000

142	NIMESULIDA 100MG	CPR	300.000
143	NIMESULIDA 50MG/ML 15ML GOTAS	FR	15.000
144	NISTATINA 100.000 UI/4GR 60 GR CREME VAGINAL	TB	1.500
145	NISTATINA SOLUÇÃO ORAL 100.000 UI/ML C/50ML	FR	600
146	NITRAZEPAM 5MG	CPR	90.000
147	NORFLOXACINO 400MG	CPR	21.000
148	OXIDO DE ZINCO +VITAMINAS A E D 45GR POMADA	TB	6.000
149	PERMANGANATO DE POTASSIO 100MG	CPR	4.000
150	PERMETRINA 1% - SHAMPOO - FRASCO 60ML	FR	3.000
151	PIOGLITAZONA 30 MG	CPR	720
152	PIROXICAM 20MG	CPS	240.000
153	PLANTAGO OVATA 3,5G	SACHE	720
154	PREDNISONA 20MG	CPR	120.000
155	PREDNISONA 5MG	CPR	50.000
156	PROPATILNITRATO 10 MG	CPR	360.000
157	PROPILTIOURACIL 100MG	CPR	24.000
158	PROTETOR SOLAR FPS 30 120ML	FR	400
159	RIVAROXABANA 15 MG	CPR	14.000
160	RIVAROXABANA 20MG	CPR	14.000
161	ROSUVASTATINA 10MG	CPR	720
162	ROSUVASTATINA 20MG	CPR	720
163	ROTIGOTINA 4MG/24 HORAS - ADESIVO TRANSDERMICO	UN	720
164	ROTIGOTINA 6MG/24 HORAS - ADESIVO TRANSDERMICO	UN	720
165	SENNA ALEXANDRINA MILLER 14,634 MG + CASSIA FISTULA L. 11,700 MG	CPR	720
166	SIMETICONA 75MG/ML 10ML	FR	4.000
167	SINGULAIR 5MG *	CPR	720
168	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML EV BOLSA	UN	1.000
169	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250ML EV BOLSA	UN	1.000
170	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML	FR	4.000
171	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML EV BOLSA	UN	1.000
172	SULFADIAZINA DE PRATA 1% 30G	TB	720
173	SULFATO DE NEOMICINA 5MG/G+ BACITRACINA 250 UI/GR 10 GR	TB	8.000
174	SULFATO DE SALBUTAMOL 2MG/5ML 100ML	FR	1.200
175	TADALAFILA 5MG	CPR	720
176	TOBRAMICINA 3MG/ML +DEXAMETASONA 1MG/ML 5ML	FR	1.500
177	TOBRAMICINA SOLUÇÃO OFTALMICA 3MG/ML 5ML	FR	1.500
178	TROPICAMIDA 10MG/ML 5ML - SOLUÇÃO OFTALMICA	FR	150
179	VALPROATO DE SÓDIO 500MG	CPR	60.000
180	VALPROATO DE SÓDIO 50MG/ML 100ML	FR	2.000
181	VALSARTANA 320MG + ANLODIPINO 10MG	CPR	1.500
182	VARFARINA SÓDICA 5MG	CPR	20.000
183	VILDAGLIPTINA 50 MG	CPR	720
184	VILDAGLIPTINA 50 MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 1000MG	CPR	720
185	VILDAGLIPTINA 50 MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 500 MG	CPR	720
186	VITAMINA C INJETAVEL 5ML	AMP	600
187	VITAMINA DO COMPLEXO B	CPR	200.000
188	VITAMINA DO COMPLEXO B INJETAVEL 2ML	AMP	600
189	AZITROMICINA DI-HIDRATADA 500MG	CPR	90.000
190	BROMIDRATO DE DARIFENACINA 7,5MG	CPR	720
191	CLORIDRATO DE TIZANIDINA 2MG	CPR	3.000
192	DOBESILATO DE CÁLCIO 500MG	CPR	720

193	LEVANLODIPINO 5MG	CPR	720
194	MACROGOL3350 13,125G + BICARBONATO DE SÓDIO 1,1775G + CLORETO DE SÓDIO 0,3507G + CLORETO DE POTÁSSIO 0,466 G	ENV	1.200
195	SORBITOL 714MG + LAURISULFATO DE SÓDIO 7,70MG USO RETAL	BISNAGA	720
196	SUCCINATO DE SOLIFENACINA 10MG	CPR	720
197	TELMISARTANA 80MG	CPR	720

Observações: Os itens **12, 108 e 167** são para cumprimento de ordem judicial. Assim, a marca deve ser mantida.

1.2 O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço unitário** ofertado.

1.3 Os recursos orçamentários necessários ao custeio das despesas relacionadas à contratação proposta constam da dotação orçamentária destinada ao Serviço Autônomo Municipal de Saúde - SAMS para o exercício de 2021, como material de consumo 3.3.90.30.00 e material, bem ou serviço de distribuição gratuita 3.3.90.32.00, devendo ser indicada a respectiva ficha no momento da formalização do pedido.

1.4 É facultado ao SAMS, revogar o certame licitatório a qualquer tempo, desde que antes da adjudicação, por conveniência administrativa, quando da contratação do objeto licitado, não haja disponibilidade orçamentária ou limite de movimentação e empenho requerido.

2 - DA CONTRATAÇÃO E DA VIGÊNCIA

2.1 O objeto do presente certame será registrado em ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e contratado consoante às regras próprias do Sistema.

2.2 A proponente adjudicatária deverá providenciar a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de convocação expedida pela Autarquia.

2.3 A convocação referida pode ser formalizada por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento, ou ainda, não sendo possível a comprovação da data do recebimento, a comunicação se dará por meio de Publicação no Diário Oficial do Estado.

2.3.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Autarquia poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado via certificação digital ICP-Brasil ou aceite no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

2.4 O Prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceite pela Administração da Autarquia. Não havendo decisão, a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá ser formalizada até o 5º (quinto) dia útil, contado da data da convocação.

2.5 Fica ainda estabelecido que para a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a(s) empresa(s) adjudicatária(s) deverá (ao), caso as certidões apresentadas em sessão estejam vencidas, apresentar comprovantes de regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador. É facultado à

Administração da Autarquia, por meio da Internet, realizar a verificação das certidões supracitadas.

2.6 Também para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e para o(s) contrato(s) dela decorrente(s), a proponente adjudicatária deverá indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.

2.7 A recusa injustificada de assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou os contratos ou aceitar/retirar os instrumentos equivalentes dela decorrentes, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte do proponente adjudicatário, sujeitando-se as sanções previstas no item VIII, Anexo I, do presente edital.

2.8 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.9 Tratando-se de adjudicatário cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente ao recebimento do pedido, a regularidade fiscal, no prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério desta Autarquia, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

2.9.1 Não ocorrendo a regularização prevista no subitem anterior, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos a esta licitação.

2.10 As notas fiscais referentes a entrega dos produtos devem ser faturadas para a Unidade Sede, conforme os seguintes dados: Serviço Autônomo Municipal de Saúde - SAMS, CNPJ nº 57.712.473/0001-39, Av. Dom Pedro II, 599 – Centro CEP 14940-124, Ibitinga/SP.

3 - DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1 Os objetos deverão ser entregues no Dispensário de Medicamentos do Serviço Autônomo Municipal de Saúde - SAMS, com endereço a ser informado nas observações do pedido, de segunda a sexta-feira das 7h às 16h.

3.2 Quando da formalização do pedido o prazo de entrega dos itens deverá ser de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos.

3.3 Somente serão aceitos os medicamentos com **validade mínima de 06 (seis) meses** a contar da data de recebimento dos itens pela Autarquia.

4 - DEVERES DA CONTRATADA

4.1 Compete a contratada:

4.1.1 Efetuar a entrega do objeto de acordo com o estabelecido no edital, conforme a qualidade, quantidade e prazo, independentemente da quantidade solicitada e ou distância da contratante.

4.1.2 A licitante vencedora deverá entregar os objetos de acordo com o exigido no edital e na proposta comercial por ela apresentada.

4.1.3 Obedecer às exigências constantes dos anexos I e II.

5 - DEVERES DA CONTRATANTE

5.1 Compete a contratante:

5.1.1 Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas.

5.1.2 Notificar a contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no

fornecimento do objeto.

5.1.3 A Autarquia não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista. Tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

6 - DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 Para os pedidos com valor total de até R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais), o pagamento será efetuado em **parcela única**, ou seja, **30 (trinta) dias** contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura após o recebimento do objeto, e ainda, após a comprovação da regular situação junto ao SICAF, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e dos demais tributos municipais, estaduais e federais; **para os pedidos acima de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais)** o pagamento será efetuado em **três parcelas iguais e consecutivas em 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias** contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura após o recebimento do objeto, e ainda, após a comprovação da regular situação junto ao SICAF, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e dos demais tributos municipais, estaduais e federais;

6.2 O pagamento será por intermédio de cheque nominal, boleto bancário, depósito em conta corrente ou transferência e de acordo com as informações bancárias da CONTRATADA e aceitas pela CONTRATANTE;

6.3 As Notas Fiscais/Faturas deverão conter todas obrigações fiscais e acessórias da legislação, os números do Banco, agência e conta corrente da CONTRATADA, e descrição do objeto;

6.4 O pagamento somente será autorizado, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura em relação ao objeto.

7 - DO REAJUSTE DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 Não será admitido reajuste do preço durante a vigência da ATA de Registro de Preços/Contrato.

7.2 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.3 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Autarquia reserva-se no direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante na Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

8 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a administração direta e indireta do município de Ibitinga, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, à pessoa, física ou jurídica, que:

a) deixar de entregar documentação ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

b) convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) não mantiver a proposta, lance ou oferta;

- e) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato.

8.2 A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas neste contrato, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa.

8.2.1 No caso de recusa à assinatura do contrato a ser lavrado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, ficando a Adjudicatária sujeita a multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o seu valor global.

8.2.2 O atraso na entrega do objeto contratado implicará no descumprimento parcial da obrigação assumida e sujeitará a Contratada a multa diária de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento), calculada sobre o material não entregue no prazo avençado.

8.3 A multa prevista nesta cláusula não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas. A CONTRATADA também não se eximirá das sanções previstas nas Leis Federais n. 8.666/93 e 8.883/94 e suas alterações.

8.4 As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

9 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

9.2 A rescisão poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito do SAMS;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para o SAMS; e
- c) judicial, por determinação judicial.

9.3 A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

9.5 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

9.6 A rescisão por ato unilateral do SAMS acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das demais sanções:

- a) assunção imediata do objeto contratado, pelo SAMS, no estado e local em que se encontrar;
- b) na retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao SAMS.

9.7 A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial do Município de Ibitinga.

9.8 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

9.9 Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) O descumprimento de obrigações contratuais;
- b) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação, não admitidas no Edital e no Contrato, e sem prévia autorização do SAMS;
- c) A fusão, cisão, incorporação, ou associação do contratado com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no Contrato e sem prévia autorização do SAMS;
- d) O desatendimento das determinações regulares do Gestor do Contrato;
- e) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- f) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- g) A decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, desde que prejudique a execução do Contrato;
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
- j) A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- k) A aplicação ao contratado de suspensão do direito de licitar e contratar com o SAMS;
- l) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; e
- m) Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou Contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato Administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no instrumento convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a Administração Pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

9.10 As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores ou gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846, de 2013.



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, definitiva.

10.2 Para os itens objetos do presente certame as licitantes deverão apresentar Cópia do certificado de **Registro emitido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.**

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL N.º XXX/2021
PROCESSO LICITATÓRIO N.º XXX/2021**

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, na sede do Serviço Autônomo Municipal de Saúde – SAMS de Ibitinga, pelo ato de folhas XX (extenso) processo de Pregão Eletrônico n.º XX/2021, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o **ÓRGÃO GERENCIADOR** (Autarquia SAMS) e o Detentor da Ata:

Consideram-se registrados os seguintes preços do(s) Detentor (es) da Ata: _____, inscrito(s) no CNPJ _____, representado por seu _____ (representante legal ou procurador), Sr. _____ (qualificação), à saber:

Descrição dos itens:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
X	XX	XX

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

1.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Autarquia não será obrigada a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra modalidade de licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas par tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e ampla defesa.

1.3 Os recursos orçamentários necessários ao custeio das despesas relacionadas à contratação proposta constam da dotação orçamentária destinada ao Serviço Autônomo Municipal de Saúde - SAMS para o exercício de 2021, como material de consumo 3.3.90.30.00 e material, bem ou serviço para distribuição gratuita 3.3.90.32.00, devendo ser indicada a respectiva ficha no momento da formalização do pedido.

CLÁUSULA II – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Autarquia, que será o Órgão Gerenciador.

2.2 O valor ofertado pela(s) empresa(s) signatária (s) da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Pregão --/2021.

2.3 Em cada entrega do objeto(s) decorrente desta Ata serão observadas as cláusulas constantes do Edital do Pregão ---/2021 e seus anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA III – DO PAGAMENTO

3.1 Para os pedidos com valor total de até R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais), o pagamento será efetuado em **parcela única**, ou seja, **30 (trinta) dias** contados da data de

apresentação da Nota Fiscal/Fatura após o recebimento do objeto, e ainda, após a comprovação da regular situação junto ao SICAF, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e dos demais tributos municipais, estaduais e federais; **para os pedidos acima de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais)** o pagamento será efetuado em **três parcelas iguais e consecutivas em 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias** contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura após o recebimento do objeto, e ainda, após a comprovação da regular situação junto ao SICAF, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e dos demais tributos municipais, estaduais e federais;

3.2 O pagamento será por intermédio de cheque nominal, boleto bancário, depósito em conta corrente ou transferência e de acordo com as informações bancárias da CONTRATADA e aceitas pela CONTRATANTE;

3.3 As Notas Fiscais/Faturas deverão conter todas obrigações fiscais e acessórias da legislação, os números do Banco, agência e conta corrente da CONTRATADA, e descrição do objeto;

3.4 O pagamento somente será autorizado, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura em relação ao objeto.

CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/PRAZO

4.1 O contrato de fornecimento só estará caracterizado mediante a solicitação parcial do objeto e recebimento da nota de empenho da despesa.

4.2 Os objetos deverão ser entregues/executados, **em até 15 (quinze) dias corridos** após a solicitação do responsável pela Autarquia.

CLÁUSULA V - DAS PENALIDADES

5.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a administração direta e indireta do município de Ibitinga, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou em quanto perdurarem os motivos determinantes da punição, à pessoa, física ou jurídica, que:

- a) deixar de entregar documentação ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- b) convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- d) não mantiver a proposta, lance ou oferta;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato.

5.2 A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas neste contrato, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa.

5.2.1 No caso de recusa à assinatura do contrato a ser lavrado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, ficando a Adjudicatária sujeita a multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o seu valor global.

5.2.2 O atraso na entrega do objeto contratado implicará no descumprimento parcial da obrigação assumida e sujeitará a Contratada a multa diária de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento), calculada sobre o material não entregue no prazo avençado.

5.3 A multa prevista nesta cláusula não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas. A CONTRATADA também não se eximirá das sanções previstas nas Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94 e suas alterações.

5.4 As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA VI – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1 Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da cláusula II da presente ATA, e, em atendimento ao Parágrafo 1º, artigo 28, da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/95, e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

6.2 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

6.3 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Autarquia reserva-se no direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante na Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

7.1.1 Pela Autarquia Municipal, quando:

7.1.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

7.1.1.2 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Autarquia não aceitar suas justificativas;

7.1.1.3 A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

7.1.1.4 Em qualquer das hipóteses de recusa total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

7.1.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

7.1.1.6 Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Autarquia;

7.1.1.7 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 2 (dois) dias úteis a contar da publicação.

7.1.2 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovam estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo à Autarquia a aplicação das penalidades previstas em Lei.

CLÁUSULA VIII – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

8.1 O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Autarquia, que será o órgão gerenciador, e também pela unidade financeira competente para pagamentos.

CLÁUSULA IX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Compete a contratante:

9.1.1 Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas.

9.1.2 Notificar a contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto.

9.1.3 A Autarquia não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista. Tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto de acordo com o estabelecido no edital, conforme a qualidade, quantidade e prazo, independentemente da quantidade solicitada e ou distância da contratante.

10.1.2 A licitante vencedora deverá entregar os objetos de acordo com o exigido no edital e na proposta comercial por ela apresentada.

10.1.3 Obedecer às exigências constantes dos anexos I e II.

CLÁUSULA XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Integram a Ata, o Edital do Pregão ----/---- e as propostas da(s) empresa(s) classificada(s) no certame supra citado.

11.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Ibitinga, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ATA.

11.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Ibitinga, --- de ----- de -----

Contratante

Contratada

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº XXX/2021

Ao
Serviço Autônomo Municipal de Saúde - SAMS de Ibitinga

Ref: Declaração de pleno atendimento às exigências de habilitação

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(Sra.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para efeito do cumprimento ao inciso VII do artigo 4º da Lei Federal 10.520, de 2.002, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão acima identificado.

_____, ____ de _____ de _____.

(local e data)

(nome e assinatura do representante legal)

OBS: Este documento deverá ser redigido preferencialmente em papel timbrado da licitante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é **microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006** e alterações posteriores, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº _____, realizado pelo Serviço Autônomo Municipal de Saúde – SAMS de Ibitinga.

_____, _____ de _____ de _____.
(local e data)

(nome e assinatura do representante legal)

OBS: Este documento deverá ser redigido preferencialmente em papel timbrado da licitante



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Ao
Serviço Autônomo Municipal de Saúde - SAMS de Ibitinga

PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº XXX/2021
Assunto: (objeto da licitação).

_____ (nome completo), representante legal da
empresa _____ (nome da pessoa jurídica), CNPJ Nº _____,
sediada (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data
inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório,
ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de _____
(carimbo da empresa, nome e cargo do proponente)

OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante.

ANEXO VI

Modelo de Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho

Referência: Pregão (ELETRÔNICO) nº XXX/2021

Eu (nome completo, CPF, RG), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica, CNPJ, endereço), interessada em participar da licitação, em referência, realizada pelo Município de Ibitinga, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do §6º do artigo 27 da Lei nº 6544, de novembro de 1989, que a empresa supra citada, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

Cidade, dia/mês/ano

Assinatura do representante legal

OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante

ANEXO VII

Modelo de Declaração de que Não Utiliza Mão de Obra Direta ou Indireta de Menores

Referência: Pregão (ELETRÔNICO) nº XXX/2021

Eu (nome completo, CPF, RG), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica, CNPJ, endereço), interessada em participar da licitação, em referência, realizada pelo Município de Ibitinga, declaro sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que a empresa supra citada não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Cidade, dia/mês/ano

Assinatura do representante legal

OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante

ANEXO VIII

Modelo de Declaração Independente de Proposta

Referência: Pregão (ELETRÔNICO) nº XXX/2021

Eu (nome completo, CPF, RG), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica, CNPJ, endereço), interessada em participar da licitação, em referência, realizada pelo Município de Ibitinga, declaro sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico xx/2021 UASG 927856 foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico xx/2021 UASG 927856, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico xx/2021 UASG 927856, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico xx/2021 UASG 927856, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico xx/2021 UASG 927856, quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico xx/2021 UASG 927856, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico xx/2021 UASG 927856 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico xx/2021 UASG 927856 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SAÚDE IBITINGA antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade, dia/mês/ano

Assinatura do representante legal

OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO IX

Modelo de Declaração de não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado

Referência: Pregão (ELETRÔNICO) nº XXX/2021

Eu (nome completo, CPF, RG), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica, CNPJ, endereço), interessada em participar da licitação, em referência, realizada pelo Município de Ibitinga, declaro sob as penas da lei, que a empresa supracitada não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

Cidade, dia/mês/ano

Assinatura do representante legal

OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO X

Modelo de Declaração de Acessibilidade

Referência: Pregão (ELETRÔNICO) nº XXX/2021

Eu (nome completo, CPF, RG), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica, CNPJ, endereço), interessada em participar da licitação, em referência, realizada pelo Município de Ibitinga, declaro sob as penas da lei, que a empresa supracitada, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, esta ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Cidade, dia/mês/ano

Assinatura do representante legal

OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante

ANEXO XI

PREGÃO (ELETRÔNICO): XX/2021

OBJETO: *descrever o objeto da licitação*

PROPOSTA DE PREÇOS

(EMPRESA) _____, CNPJ Nº _____,

_____ com sede na _____
_____ (endereço completo), por intermédio de seu representante

legal, ao final assinado, e para os fins de participação no Pregão Presencial nº _____, Processo Licitatório nº _____, a empresa acima qualificada, vem apresentar a seguinte proposta de preços:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO / MARCA	UNID	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 10MG/ML 120ML	FR	15.000		
2	ACEBROFILINA XAROPE INFANTIL 5MG/ML 120ML	FR	12.000		
3	ACETATO DE DESMOPRESSINA 0,1MG	CPR	600		
4	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150 MG/ML 1ML	AMP	1.000		
5	ACETILCISTEINA 600 MG - ENVELOPE 5GR	EV	2.400		
6	ACICLOVIR CREME 50 MG/GR 10 GR	TB	1.200		
7	ÁCIDO ACETILSALICILICO 100MG CPR	CPR	600.000		
8	ÁCIDO FÓLICO 5MG	CPR	150.000		
9	ÁCIDO URSODESOXICOLICO 300MG	CPR	3.000		
10	AGUA DESTILADA 10 ML	AMP	1.500		
11	ALBENDAZOL 40MG/ML 10 ML	FR	6.000		
12	ALLEGRA SUSPENSÃO 150 ML *	UN	60		
13	ALOPURINOL 100MG	CPR	200.000		
14	ALOPURINOL 300 MG	CPR	150.000		
15	ALPRAZOLAM 0,5MG	CPR	600		
16	AMINOFILINA 100 MG	CPR	120.000		
17	AMIODARONA 200MG	CPR	240.000		
18	ARIPIRAZOL 10MG	CPR	1.200		
19	ARIPIRAZOL 15MG	CPR	1.200		
20	ATENOLOL 50 MG	CPR	360.000		
21	BACLOFENO 10MG	CPR	20.000		
22	BENZOATO DE ALOGLIPTINA + CLORIDRATO DE PIOGLITAZONA 25MG / 30MG	CPR	720		
23	BENZOATO DE ALOGLIPTINA 12,5MG + METFORMINA 1000MG	CPR	720		
24	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG	CPR	200.000		
25	BROMAZEPAM 6MG	CPR	3.000		
26	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML 20 ML	FR	6.000		
27	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML 20 ML	FR	6.000		
28	BROMOPRIDA 4MG/ML 20ML GOTAS	FR	4.500		
29	BROMOPRIDA 5MG/ ML AMPOLA 2ML	AMP	800		
30	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4MG/500MG – EV – AMPOLA 5ML	AMP	600		
31	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG + DIPIRONA SÓDICA 250MG	CPR	150.000		
32	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML COM 1ML	AMP	300		

33	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67MG/ML+ DIPIRONA SODICA 333,4 MG/ML 20 ML	FR	3.000		
34	CARBAMAZEPINA SUSPENSÃO ORAL 20MG/ML 100 ML	FR	3.000		
35	CARBIDOPA 25MG + LEVODOPA 250MG	CPR	9.000		
36	CARVEDILOL 25 MG	CPR	180.000		
37	CARVEDILOL 6,25 MG	CPR	180.000		
38	CEFTRIAXONA 1G – PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 1M	FR	1.000		
39	CETIRIZINA 10MG	CPR	720		
40	CETOCONAZOL 200 MG	CPR	40.000		
41	CETOCONAZOL 20MG/GR 30G	TB	3.000		
42	CETOPROFENO 50 MG/ML AMPOLA 2ML	AMP	1.500		
43	CILOSTAZOL 100MG	CPR	120.000		
44	CIMETIDINA 150 MG/ML COM 2ML	AMP	600		
45	CIMETIDINA 200MG	CPR	600.000		
46	CINARIZINA 75 MG	CPR	180.000		
47	CITALOPRAM 20MG	CPR	6.000		
48	CLONAZEPAM 0,5MG	CPR	720		
49	CLONIDINA 0,150MG	CPR	1.000		
50	CLORIDRATO DE AMBROXOL 7,5MG/ML 50 ML GOTAS	FR	2.000		
51	CLORIDRATO DE AMBROXOL ADULTO 6MG/ML 120ML	FR	8.000		
52	CLORIDRATO DE AMBROXOL INFANTIL 3MG/ML 120 ML	FR	6.000		
53	CLORIDRATO DE CICLOPENTOLATO 10MG/ML (1%)	FR	50		
54	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG	CPR	180.000		
55	CLORIDRATO DE DOXICICLINA 100 MG	CPR	8.000		
56	CLORIDRATO DE FENILEFRINA 10% SOL. OFTÁLMICA - 5 ML	FR	80		
57	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG	CPS	100.000		
58	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 25 MG	CPR	3.000		
59	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 50MG	CPR	3.000		
60	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25 MG	CPR	50.000		
61	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/G GELÉIA 30 GR	TB	500		
62	CLORIDRATO DE MEBEVERINA 200 MG	CPR	2.000		
63	CLORIDRATO DE MECLIZINA 50MG	CPR	600		
64	CLORIDRATO DE OXIBUTININA 5 MG	CPR	3.000		
65	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG/ML 2ML	AMP	300		
66	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG	CPR	300.000		
67	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 100MG	CPR	15.000		
68	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG/2ML 2 ML	AMP	2.000		
69	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG	CPS	240.000		
70	CLORPROMAZINA 40MG/ML 20 ML	FR	100		
71	COLAGENASE 0,6 U/G 30G	TB	400		
72	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 30 GR	TB	400		
73	COLECALCIFEROL 50.000 UI	CP	120		
74	DAPAGLIFLOZINA 10 MG	CPR	900		
75	DAPAGLIFOZINA 5MG + METFORMINA 1000MG	CPR	1.500		
76	DEFLAZACORTE 30MG	CPR	600		
77	DEXAMETASONA 4MG	CPR	50.000		
78	DEXAMETASONA 4MG/ML 2,5ML	AMP	2.000		

79	DIAZEPAM 10MG	CPR	240.000		
80	DICLOFENACO DE POTASSIO 50 MG	CPR	240.000		
81	DICLOFENACO DIETILAMONIO 11,6 MG/G 60G	TB	600		
82	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 24 MG	CPR	1.200		
83	DILTIAZEN 60 MG	CPR	200.000		
84	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML 2ML	AMP	800		
85	DIVALPROATO DE SODIO 500MG - ER	CPR	1.200		
86	DOMPERIDONA 1MG/ML 100 ML	FR	200		
87	EMPAGLIFLOZINA 25MG + LINAGLIPTINA 5MG	CPR	3.000		
88	ENANTATO DE NORETISTERONA 50MG + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG/ML	AMP	1.000		
89	ENOXAPARINA SODICA 40MG 0,4 ML	SE	2.000		
90	ESPIRONOLACTONA 100MG	CPR	50.000		
91	ESPIRONOLACTONA 25MG	CPR	90.000		
92	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625MG	CPR	90.000		
93	FENOBARBITAL 100MG	CPR	80.000		
94	FENOBARBITAL 40MG/ML 20ML	FR	900		
95	FINASTERIDA 5MG	CPR	15.000		
96	FLUCONAZOL 150MG	CPR	6.000		
97	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 50MG + METFORMINA 850MG	CPR	900		
98	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO 160MG/ML + FOSFATO DE SODIO DIBASICO 60MG/ML	FR	400		
99	FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA 3MG/ML 100 ML	FR	10.000		
100	FUROATO DE FLUTICASONA 27,5MCG 9,1 ML	FR	48		
101	FUROSEMIDA 10 MG/ML 2ML	AMP	300		
102	FUROSEMIDA 40MG + CLORETO DE POTASSIO 100MG	CPR	720		
103	GLICLAZIDA 30 MG	CPR	1.500		
104	GLICLAZIDA 60 MG	CPR	2.000		
105	GLIMEPIRIDA 4 MG	CPR	180.000		
106	HALOPERIDOL 1 MG	CPR	18.000		
107	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 5 MG	CPR	600		
108	HIXIZINE SUSPENSÃO 120ML *	UN	60		
109	IBUPROFENO 100MG/ML 20 ML GOTAS	FR	18.000		
110	INSULINA GLARGINA 100U/ML 10 ML	FR	60		
111	INSULINA GLARGINA 100U/ML REFIL 3ML	FR	150		
112	INSULINA GLARGINA SOLOSTAR 3ML	CNT	60		
113	INSULINA GLULISINA SOLOSTAR 3ML	CNT	60		
114	INSULINA LISPRO 100 UI/ML 10 ML	FR	30		
115	INSULINA LISPRO 100UI/ML REFIL 3ML	FR	30		
116	IVERMECTINA 6 MG	CPR	3.000		
117	LACTULOSE 667MG/ML 120 ML	FR	3.000		
118	LANSOPRAZOL 30MG + CLARITROMICINA 500MG + AMOXICILINA TRI-HIDRATADA 500MG – 7 BLISTER	KIT	900		
119	LEVODOPA 100MG+BENSERAZIDA 25MG HBS	CPS	30.000		
120	LEVODOPA 200MG+BENSERAZIDA 50MG	CPR	120.000		
121	LEVOFLOXACINO 500MG	CPR	70.000		
122	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG	CPR	180.000		
123	LEVOTIROXINA SODICA 25 MCG	CPR	180.000		
124	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG	CPR	240.000		

125	LINAGLIPTINA 5 MG	CPR	600		
126	LOÇÃO OLEOSA A BASE DE A.G.E 200 ML	FR	1.000		
127	LOSARTANA 50MG	CPR	480.000		
128	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG	CPR	30.000		
129	MALEATO DE ENALAPRIL 20MG	CPR	150.000		
130	MALEATO DE ENALAPRIL 5MG	CPR	50.000		
131	MALEATO DE FLUVOXAMINA 100MG	CPR	1.800		
132	MALEATO DE LEVOMEPRMAZINA 100MG	CPR	50.000		
133	MALEATO DE LEVOMEPRMAZINA 25 MG	CPR	50.000		
134	MALEATO DE LEVOMEPRMAZINA 40MG/ML 20 ML	FR	400		
135	MALEATO TIMOLOL 0,5% 5ML	FR	1.000		
136	MESILATO DE DOXAZOSINA 2MG	CPR	15.000		
137	METILDOPA 250MG	CPR	240.000		
138	MIDAZOLAM 5MG/ML AMPOLA 3ML	AMP	800		
139	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 40MG	CPR	36.000		
140	NEBIVOLOL 5MG	CPR	600		
141	NIFEDIPINO 20MG	CPR	300.000		
142	NIMESULIDA 100MG	CPR	300.000		
143	NIMESULIDA 50MG/ML 15ML GOTAS	FR	15.000		
144	NISTATINA 100.000 UI/4GR 60 GR CREME VAGINAL	TB	1.500		
145	NISTATINA SOLUÇÃO ORAL 100.000 UI/ML C/50ML	FR	600		
146	NITRAZEPAM 5MG	CPR	90.000		
147	NORFLOXACINO 400MG	CPR	21.000		
148	OXIDO DE ZINCO +VITAMINAS A E D 45GR POMADA	TB	6.000		
149	PERMANGANATO DE POTASSIO 100MG	CPR	4.000		
150	PERMETRINA 1% - SHAMPOO - FRASCO 60ML	FR	3.000		
151	PIOGLITAZONA 30 MG	CPR	720		
152	PIROXICAM 20MG	CPS	240.000		
153	PLANTAGO OVATA 3,5G	SACHE	720		
154	PREDNISONA 20MG	CPR	120.000		
155	PREDNISONA 5MG	CPR	50.000		
156	PROPATILNITRATO 10 MG	CPR	360.000		
157	PROPILTIOURACIL 100MG	CPR	24.000		
158	PROTETOR SOLAR FPS 30 120ML	FR	400		
159	RIVAROXABANA 15 MG	CPR	14.000		
160	RIVAROXABANA 20MG	CPR	14.000		
161	ROSUVASTATINA 10MG	CPR	720		
162	ROSUVASTATINA 20MG	CPR	720		
163	ROTIGOTINA 4MG/24 HORAS - ADESIVO TRANSDERMICO	UN	720		
164	ROTIGOTINA 6MG/24 HORAS - ADESIVO TRANSDERMICO	UN	720		
165	SENNA ALEXANDRINA MILLER 14,634 MG + CASSIA FISTULA L. 11,700 MG	CPR	720		
166	SIMETICONA 75MG/ML 10ML	FR	4.000		
167	SINGULAIR 5MG *	CPR	720		
168	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML EV BOLSA	UN	1.000		
169	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250ML EV BOLSA	UN	1.000		
170	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML	FR	4.000		
171	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML EV BOLSA	UN	1.000		
172	SULFADIAZINA DE PRATA 1% 30G	TB	720		

173	SULFATO DE NEOMICINA 5MG/G+ BACITRACINA 250 UI/GR 10 GR	TB	8.000		
174	SULFATO DE SALBUTAMOL 2MG/5ML 100ML	FR	1.200		
175	TADALAFILA 5MG	CPR	720		
176	TOBRAMICINA 3MG/ML +DEXAMETASONA 1MG/ML 5ML	FR	1.500		
177	TOBRAMICINA SOLUÇÃO OFTÁLMICA 3MG/ML 5ML	FR	1.500		
178	TROPICAMIDA 10MG/ML 5ML - SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FR	150		
179	VALPROATO DE SÓDIO 500MG	CPR	60.000		
180	VALPROATO DE SÓDIO 50MG/ML 100ML	FR	2.000		
181	VALSARTANA 320MG + ANLÓDIPINO 10MG	CPR	1.500		
182	VARFARINA SÓDICA 5MG	CPR	20.000		
183	VILDAGLIPTINA 50 MG	CPR	720		
184	VILDAGLIPTINA 50 MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 1000MG	CPR	720		
185	VILDAGLIPTINA 50 MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 500 MG	CPR	720		
186	VITAMINA C INJETÁVEL 5ML	AMP	600		
187	VITAMINA DO COMPLEXO B	CPR	200.000		
188	VITAMINA DO COMPLEXO B INJETÁVEL 2ML	AMP	600		
189	AZITROMICINA DI-HIDRATADA 500MG	CPR	90.000		
190	BROMIDRATO DE DARIFENACINA 7,5MG	CPR	720		
191	CLORIDRATO DE TIZANIDINA 2MG	CPR	3.000		
192	DOBESILATO DE CÁLCIO 500MG	CPR	720		
193	LEVANLÓDIPINO 5MG	CPR	720		
194	MACROGOL3350 13,125G + BICARBONATO DE SÓDIO 1,1775G + CLORETO DE SÓDIO 0,3507G + CLORETO DE POTÁSSIO 0,466 G	ENV	1.200		
195	SORBITOL 714MG + LAURISULFATO DE SÓDIO 7,70MG USO RETAL	BISNAGA	720		
196	SUCCINATO DE SOLIFENACINA 10MG	CPR	720		
197	TELMISARTANA 80MG	CPR	720		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)					

Nos preços acima estão computados todos os custos necessários para atendimento do objetivo desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, carga, descarga e remessas dos produtos e quaisquer outros que indiquem ou venham a recair sobre o objeto licitado constante desta proposta.

Prazo de validade da proposta: _____ (não inferior a 60 (sessenta) dias da data da apresentação da proposta)

Prazo e local da execução dos serviços: conforme especificações do edital e memorial descritivo.

Condições de Pagamento: conforme especificações do edital e memorial descritivo.

Conta Corrente; _____ Banco: _____ Agência: _____



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SAÚDE

Declaramos que o(s) objeto(s) ofertado(s) por nossa empresa atende(m), rigorosamente, as características necessárias especificadas no objeto da licitação.

Local e data

Assinatura do responsável
Identificação.

Responsável pela assinatura da ATA de Registro de Preços:

Nome Completo: _____

Cargo (ex.: Sócio administrador, procurador, etc.): _____

CPF: _____

E-mail: _____

Telefone: (____) _____